

Do argumento do desígnio: David Hume

Evelise Rosane Treptow Laux

Orientador: Prof. Dr. Mons. Urbano Zilles (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 20/08/2010

Banca: Prof. Dr. Mons. Urbano Zilles (PUCRS)

Prof. Dr. Luis Evandro Hinrichsen (PUCRS)

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Strefling (UFPEL)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3007

RESUMO

Neste estudo nos propusemos a uma investigação das críticas de David Hume ao ‘Argumento do Desígnio’, existente em seu livro Diálogos sobre a Religião Natural. Críticas essas que têm por finalidade apontar as fragilidades do referido argumento, como fundamento da teoria que defende a criação do mundo a partir de Deus. Objetivamos também, explicitar o caminho dialético e argumentativo humeano, que a partir de uma perspectiva empirista, propõe que todo o conhecimento pode, somente, provir da experiência sensível. Se Hume consegue ou não refutar e destruir esse argumento e, se propõe ou não alguma alternativa para substituição, é o que examinaremos no presente. De um total de quatro capítulos, começaremos por apresentar o ‘Argumento do Desígnio’, na forma em que ficou conhecido. A seguir entraremos, efetivamente em contato com o livro Diálogos sobre a Religião Natural, passando então à abordagem da construção das críticas elaboradas por Hume (Filo) para, finalmente demonstrarmos que, apesar de parecer ter Filo, sido vencido no diálogo - num feito que só corrobora a maestria linguística humeana - ratifica, sob um véu de discricção, a posição assumida durante todo o diálogo.

Palavras-chave: Hume. Crítica. Argumento do Desígnio. Religião Natural.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

O paradoxo da análise: uma abordagem epistemológica

Luis Fernando Munaretti da Rosa

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

Prof. Dr. Felipe de Matos Muller (PUCRS)

Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria (UFRGS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2916

RESUMO

Há pelo menos duas formas de paradoxo da análise. Uma situação paradoxal ocorre em contexto não-intensional e a outra ocorre no contexto intensional do predicado ‘... analisa...’. No entanto, as duas situações paradoxais surgem devido a duas condições que se tomam como necessárias para a análise: a condição de que *analysans* e *analysandum* sejam o mesmo conceito e a condição de que o *analysans* informa como o *analysandum* está constituído. Neste trabalho, demonstro os dois paradoxos, mostrando as suas premissas e seus passos inferenciais. Estratégias de solução ao paradoxo são propostas conforme a demonstração. Dentre estas estratégias, se destaca uma que pode resolver as duas situações paradoxais de uma só vez: aquela em que se afirma que não é necessário que *analysandum* e *analysans* sejam o mesmo conceito. Outras propostas são ainda avaliadas, como a estratégia de negar o princípio de substituição salva *significatione* entre expressões sinônimas, ou ainda a estratégia de definir a propriedade da informatividade como uma propriedade relativizada ao conhecimento de agentes epistêmicos. Argumentos são oferecidos para a rejeição de algumas destas propostas. São construídas algumas observações sobre justificação epistêmica que apontam para a não identidade entre os conceitos *analysandum* e *analysans*. Assim, uma discriminação epistêmica é proposta para as condições de identidade entre conceitos.

Palavras-chave: Paradoxo. Análise. Sinonímia. Justificação epistêmica. Identidade.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

Do idealismo transcendental ao idealismo absoluto

Mateus Salvadori

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Prof. Dr. Ernildo Stein (PUCRS)

Prof. Dr. Luciano Utteich (UNIOESTE)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2915

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a superação do idealismo transcendental kantiano realizada pelo idealismo absoluto hegeliano. Os argumentos hegelianos em prol da superação do dualismo entre coisa-em-si e fenômeno serão detalhados e postos à prova. Enquanto Kant salienta que a metafísica como ciência é impossível, ou seja, os objetos que as Idéias transcendentais denotam estão além do espaço e do tempo, não existindo nenhum objeto no mundo sensível correspondentes a ela e, portanto, não podem ser conhecidas, pois não afetam a sensibilidade, Hegel apresenta a realidade como sujeito e nega qualquer forma de cisão entre o ser e o pensar.

Palavras-chave: Kant. Hegel. Absoluto. Coisa-em-si. Sujeito. Idealismo transcendental. Idealismo Absoluto.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

A justiça e o direito burocratizado a partir de uma leitura da dialética de Adorno

Pedro Savi Neto

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. André Brayner de Farias (UCS)

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3004

RESUMO

Uma razão que, de tão completa, não tem mais espaço para o exercício da racionalidade. Uma questão tão viva e pulsante obrigada a se enquadrar nos formulismos e esquemas previstos por dita racionalidade. O choque entre a necessidade de justiça, que ocorre apenas na emergência do instante, e a resposta estatal burocratizada, encarnada no direito, que se arrasta por procedimentos, os quais, pela impropriedade da tarefa atribuída, nunca se mostram suficientemente rápidos para realizar o impossível: transformar quantidade em qualidade, transformar direito em justiça. Como chave interpretativa dessa questão filosófica fundamental, a dialética de Theodor W. Adorno, movida pelo respeito à diferença para que não se repitam eventos como Auschwitz, com a ilustração expressionista de Franz Kafka, jurista que encontrou na literatura uma forma de extravasar toda a angústia experimentada por quem não foi anestesiado pela razão que se conserva à base de pequenas doses de violência.

Palavras-chave: Justiça. Direito. Burocracia. Dialética. Razão instrumental.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

A corporação como instância sociopolítica antecipadora do Estado na Filosofia do Direito de Hegel

João de Araújo Ximenes

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Prof. Dr. Thadeu Weber (PUCRS)

Prof. Dr. José Pinheiro Pertille (UFRGS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3015

RESUMO

Esta dissertação aborda o conceito de Corporação, na obra *Filosofia do Direito* publicada por Hegel em 1820/21, com o objetivo de lançar luz sobre esta temática. Pois, a Corporação é considerada uma instituição mediadora, inserida na Sociedade Civil-Burguesa, cuja importância se deve, principalmente, pelas suas características de instituição social e política. Esta dupla característica motivou a seguinte pergunta: Como as Corporações, consideradas como uma instância da Sociedade Civil-Burguesa, tratadas por Hegel na *Filosofia do Direito*, efetuam a sociabilidade que tem a força de formar “a interdependência e a integração dos indivíduos”? Com o intuito de oferecer uma resposta, essa dissertação foi escrita em três capítulos: 1) A instituição da liberdade na *Filosofia do Direito*, no qual se buscou estabelecer uma conexão entre a Corporação e o conceito central da obra: a liberdade; 2) Mediação das Corporações na Sociedade Civil-Burguesa, no qual se buscou mostrar os principais elementos que compõem a Corporação, enquanto instituição; e, finalmente, 3) A Corporação entre a juridificação e o reconhecimento, no qual se buscou estabelecer uma leitura hermenêutica atual da obra e desse conceito.

Palavras-chave: Filosofia do Direito. Sociedade Civil-Burguesa. Corporação. Instituição Social e Política. Liberdade.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

O problema do começo da lógica em Hegel

João Miguel Back

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Prof. Dr. Nythamar de Oliveira (PUCRS)

Prof. Dr. Bruno Birck (PUCRS)

Prof. Dr. Inácio Helfer (UNISINOS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2955

RESUMO

Investigaremos o problema do começo da Lógica em Hegel, considerando as questões pertinentes que possam advir de um sistema de pensamento lógico dialético que propõe a reflexão sobre o seu começo. Não obstante, serão examinadas também as implicações que um novo olhar sobre o começo da Lógica possa projetar sobre algumas questões da tradição filosófica, tais como, as refletidas na ideia clássica de substância, com a noção de causalidade a ela vinculada e a compreensão de método e fundamento, bem como as posições de Fulda e Puntel a respeito desse problema. Pela Lógica, Hegel oferece elementos significativos para um autoexame da racionalidade que tem pretensão de autocompreender-se como sujeito. Ancorado no movimento imanente do Conceito, essa racionalidade mostrase inclinada à má reflexividade circular, fechando-se sobre si mesma, sem garantir um espaço lógico permanente para o novo, o contingente. O problema do começo mostra que a pretensão de saber absoluto, como postulou Hegel, é incompatível com um processo dialético rigoroso.

Palavras-chave: O começo da *Lógica* em Hegel. Sistema de pensamento lógico dialético. Autodeterminação reflexiva crítica.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

Reconhecimento, intersubjetividade e vida ética: o encontro com a filosofia de Paul Ricoeur

Elsio José Corá

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 16/11/2010

Banca: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Constança Marcondes Cesar (PUC/Campinas)

Prof. Dr. Bruno Odélio Birck (PUCRS)

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller (PUCRS)

Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3061

RESUMO

A questão do sujeito e a sua "crise", a intersubjetividade e o reconhecimento, a ética e a sabedoria prática estão no centro do debate filosófico contemporâneo e constituem o tema/objeto da presente pesquisa de doutorado. Além disso, analisaram-se as ligações entre o sujeito e a intersubjetividade, tendo em vista o estabelecimento da chamada "pequena ética", que foi tecida nas densas páginas do "Soi-mêmme comme un autre" de Paul Ricoeur (1913-2005). Observou-se que o sujeito é constituído ao mesmo tempo como leitor e como escritor de sua vida e que a dialética da identidade (*idem - ipse*) expressa a temporalidade própria do ser do homem. Por tal razão, a identidade pode ser entendida, narrativamente, como história de uma vida. Nesse sentido, foi possível verificar, também, que compreender é sempre se compreender em face do texto e que não há apropriação direta de si, o cogito intuitivo é uma certeza sem verdade. Ainda, existe uma reflexão sobre a vida moral em todos os seus níveis, o que permite ao autor estabelecer uma distinção, embora conceitual, entre ética e moral. Há um apelo à singularidade das situações concretas, e é neste nível que reside a sabedoria prática ou, dito de outra maneira, a sabedoria prática é um retorno ao desejo ético, ao fundamento da ética, após a passagem pelo conflito normativo. A exigência de uma sabedoria prática surge precisamente no interior da conflitualidade. Cada ser humano está obrigado a um projeto pessoal inalienável que não pode atribuir a outro. O ético, portanto, é o que faz referência à consecução dos fins a que a pessoa se propõe, mediante os aspectos teleológicos da ação. Em troca, a moral será a obediência a uma norma, a um preceito e a uma lei. Tanto na vida individual quanto na vida coletiva convive-se, realmente, em respeito e em reconhecimento quando se atua em conjunto, e, ainda, é pela narração que o homem percebe a alteridade do outro, ou seja, o outro como um outro si-mesmo ou outro-eu e só então o homem é pessoa. O ideal da pessoa é viver uma vida boa, com e para os outros, em instituições justas, ideal que se mostra, simultaneamente, ético e político. Assim, a fenomenologia da pessoa, elaborada pelo autor, é constituída com base em quatro premissas centrais: linguagem, narração, ação e vida ética. Segundo essa perspectiva, a alteridade está implicada em um nível originário e profundo no processo de constituição de si. Assim, a identidade não constitui um dado imediato, originário de autodeterminação do eu, mas o resultado da dialética incessante entre o si e o outro. Identificada dessa maneira, a identidade implica um modo constitutivo, modo no qual o reconhecimento da alteridade "conhecer a si-mesmo" para o ser humano significa sempre se reconhecer por meio da mediação da alteridade: signo, símbolo, texto, tu, contexto histórico de pertencimento, a linguagem e a instituição. Diante disso, comprovou-se que a proposta ética será construída em diálogo com Aristóteles e Kant. Por fim, o que se evidenciou é que o autor realiza um referimento explícito a Hegel na elaboração da sua reflexão sobre a subjetividade, no momento em que afronta o tema da vida ética. Para isso, define o conceito de estima de si como uma figura do reconhecimento em sentido estrito e, acentuadamente, hegeliano. Isso possibilitou entender que o reconhecimento é uma estrutura do si refletindo sobre o movimento que coloca a estima de si versus a solicitude, e esta versus a justiça. E, ainda, que o reconhecimento introduz a díade e a pluralidade na constituição mesma do si.

Palavras-chave: Reconhecimento. Intersubjetividade. Texto. Vida ética.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

John Rawls: construtivismo político e justificação coerentista

Elnora Maria Gondim Machado

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira Junior (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2010

Banca: Prof. Dr. Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira Junior (PUCRS)

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Luiz Bernardo Leite Araújo (UERJ)

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito (UNISINOS)

Prof. Dr. Thadeu Weber (PUCRS)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2669

RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar de que forma a justificação existente na teoria de Rawls é do tipo coerentista emergente, ou seja, aquela que é possível sem pressuposição antecedente de um acordo sobre normas sociais específicas. Embora Rawls não mencione em nenhum de seus textos tal postura, no entanto é possível constatar o aspecto da justificação coerentista em sua teoria. Isto porque os critérios de justificativas encontram-se subjacentes à construção da justiça como equidade expressa pelas seguintes idéias: (1) só as crenças podem justificar outras crenças, e nada, além disso, pode contribuir para uma justificação; (2) todas as crenças justificadas dependem de outras crenças para a sua justificação. Desta forma, a justificação para a teoria rawlsiana pode ser considerada como coerentista, porque, de uma maneira geral, o coerentismo pode ser caracterizado como a concepção segundo a qual as crenças só podem ser justificadas em suas relações com outras crenças dentro de um mesmo sistema e, portanto, como para Rawls, não há crença básica ou fundacional, isto permitirá à sua teoria uma justificação do tipo coerentista. O professor de Harvard apresentou este aspecto em suas obras que se contrapõe ao fundacionismo moderado através (1) do método reflexivo amplo; (2) do caráter não fundacionista traduzido pelo não-intuicionista e não-utilitarista das suas obras; (3) da noção de posição original; e (4) do seu próprio percurso teórico quanto aos aspectos metodológicos e de conteúdo relativos ao seu construtivismo.

Palavras-chave: Rawls. Coerentismo. Fundacionismo moderado. Equilíbrio reflexivo. Construtivismo. Posição original.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

Constelação vital: da vida excitada à vida incitada um ensaio sobre o pensamento de Theodor W. Adorno

Marcelo Leandro dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 19/01/2010

Banca: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Ernildo Stein (PUCRS)

Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS)

Prof^a. Dr^a. Marcia Angelita Tiburi (Univ. Mackenzie/SP)

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2909

RESUMO

Este estudo revisita Adorno desde o prisma do sentido de seu pensamento. A referência principal é sua obra *Minima moralia*, um conjunto de 153 aforismos escritos entre os anos de 1944 e 1947. A relevância filosófica da referida obra apresenta como característica marcante o fato de ser contrária à euforia. Por esse motivo, Nietzsche é criticado como representante de uma mensagem excessivamente confiante com sua noção de “ciência alegre”. Em contrapartida, Adorno pauta sua crítica desde uma “triste ciência”. Para tal, Adorno desmembra a potencialidade dialética do pensamento como dimensão humana por excelência, a qual distingue homem de natureza, homem de Deus. A prerrogativa inadiável é de que o mundo humano tem de ser construído desde o sentido humano, ou seja, desde a consciência do uso da razão. Assim, é observado que a razão instrumental descaracteriza o humano e, por isso, ela produz o inumano. Rompendo com o uso instrumental da razão, Adorno busca uma produção cuja práxis esteja comprometida com a viabilização racional do desenvolvimento humano. Por isso, o trabalho intelectual combina apenas com a decepção. Nesse sentido, determinada sociologia do trabalho é necessariamente questionada por Adorno. A produção humana ter de ser reavaliada, na medida em que se mostra capaz de estabelecer uma vida deformada, através de uma “falsa humanização” oriunda do pensamento administrado. Adorno identifica a estupidez [Dummheit] como experimento de inibição intelectual, que provoca uma cultura semiformada [Halbbildung], a qual constitui uma crítica extremamente fraca ao contexto da “falsa humanização”. Explorando o caráter exclusivista da subjetividade moderna, o aparelho publicitário projeta falsas imagens para o sempre idêntico. A produção humana se envolve nessa essência adulterada [Unwesen]. Um modelo de produção – trabalho intelectual [Kopfarbeit] – que sai desse laço é o ensaio, o qual luta conscientemente contra o método cartesiano do conhecimento. O paradigma da redenção [Erlösung] se apresenta para Adorno na 7 tentativa de restabelecer a dimensão consciente do pensamento: o ser humano que não destrói seu sentido. Por essa razão, a filosofia pode ultrapassar o aspecto utópico, a própria negatividade, tendo como argumento a urgência do pensamento consciente. A tese aqui defendida é a seguinte: a história somente se humaniza através de uma práxis verdadeiramente delicada em contraponto com a potência dialética do pensamento.

Palavras-chave: Adorno. Potencialidade dialética. Práxis. Inumanidade. Expressão. Sentido.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.3 – Nº. 2	Novembro 2010	p.258-266
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------